

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**CÂMPUS DE AQUIDAUANA**  
**CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS/ESPAÑOL**

**CASSIANY MARQUES BARROS**

**ALDEIA URBANA TICO LIPÚ: MEMÓRIA DE SENTIDOS PARA**  
**AQUIDAUANA E PARA OS TERENA**

**Aquidauana – MS**

**Novembro/2025**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**CÂMPUS DE AQUIDAUANA**

**CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS/ESPAÑHOL**

**CASSIANY MARQUES BARROS**

**ALDEIA URBANA TICO LIPÚ: MEMÓRIA DE SENTIDOS PARA  
AQUIDAUANA E PARA OS TERENA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a aprovação do grau de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Espanhola, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Aquidauana, sob a orientação do Prof. Dr. Vinícius Massad Castro.

**Aquidauana – MS**

**Novembro/2025**



## ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às dezesseis horas do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, na sala C08, Unidade II, foi aberta a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **“ALDEIA URBANA TICO LIPÚ: MEMÓRIA DE SENTIDOS PARA AQUIDAUANA E PARA OS TERENA”**, produzido pela estudante **Cassiany Marques Barros**, RGA 2018.0413.009-5, e apresentado ao curso de Letras - Licenciatura - Habilitação em Português e Espanhol do Campus de Aquidauana (CPAQ) da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras, sob orientação do Prof. Dr. Vinícius Massad Castro (UFMS). Após a apresentação do trabalho por parte de sua autora, o professor Dr. Flavio da Rocha Benayon (UFMS) e a professora Dra. Gedy Brum Weis Alves (UFMS) arguíram a estudante no que tange à sua pesquisa.

Tendo a autora respondido às questões e feito suas considerações finais, a banca reuniu-se para deliberar o que segue: dada a qualidade do texto e a relevância da pesquisa, a banca examinadora resolveu pela **APROVAÇÃO** do trabalho supracitado e recomendou a publicação dos resultados. A estudante se comprometeu a fazer as correções/alterações sugeridas e a enviar a versão final do trabalho pelo SISCAD.

Encerrada a sessão pública de defesa, segue a ata assinada pela concluinte, pelo presidente da banca e pelos arguidores.

Aquidauana, 24 de novembro de 2025

NOTA  
MÁXIMA  
NO MEC

UFMS  
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Massad Castro, Professor do Magisterio Superior**, em 24/11/2025, às 17:22, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA  
MÁXIMA  
NO MEC

UFMS  
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Flavio da Rocha Benayon, Professor do Magisterio Superior**, em 24/11/2025, às 17:23, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA  
MÁXIMA  
NO MEC

UFMS  
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Gedy Brum Weis Alves, Professora do Magistério Superior - Substituta**, em 24/11/2025, às 17:29, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA  
MÁXIMA  
NO MEC

UFMS  
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **CASSIANY MARQUES BARROS, Usuário Externo**, em 24/11/2025, às 18:27, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufms.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6058025** e o código CRC **E9A66FBA**.

## COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS - LICENCIATURA

Rua Oscar Trindade de Barros, 740 - Bairro da Serraria

Fone:

CEP 79200-000 - Aquidauana - MS

Referência: Processo nº 23450.000187/2020-09

SEI nº 6058025

## RESUMO

Registros memorialísticos analisados sobre a história de fundação de Aquidauana revelam um apagamento da historicidade terena por diferentes processos, o que implica na construção de um saber sobre a história da cidade na qual o saber sobre a historicidade terena fica esquecida (CASTRO e ZORZATO, 2022; CASTRO, 2014). Se, por um lado, práticas de esquecimento são produzidas sobre a história terena nas representações memorialísticas e no saber histórico sobre Aquidauana, o que ainda se observa na memória de nomes de ruas, logradouros e monumentos aquidauanenses (CASTRO, 2014, p.131), por outro lado, desde de 2010, a cidade conta com uma aldeia urbana, a aldeia terena Tico Lipú. De que modo, então, a história de formação dessa aldeia constrói uma representação de Aquidauana na medida em que constitui uma memória de sentidos sobre a cidade e como os terena são aí significados? Essa é a questão deste trabalho de conclusão de curso. Ao fazer uma busca sobre a história da aldeia Tico Lipú, deparamo-nos com duas obras acadêmicas cuja finalidade não é diretamente tratar dessa história, mas a abordam tendo em vista seus objetos e questões de pesquisa: a dissertação de Darnizot (2015) e a tese de Cunha (2018). Analisamos essa história fundamentados na Análise de Discurso tal como proposta, no Brasil, por Orlandi (1990, 1992, 1999) – em especial, no modo como a autora compreende o funcionamento do discurso urbano (ORLANDI, 2004) – e na Semântica Histórica da Enunciação desenvolvida por Guimarães (1995). Os resultados de análise mostram que o discurso de formação da aldeia Tico Lipú articula memória, fé, solidariedade e resistência, configurando-a como um espaço de afirmação identitária, política e histórica dos Terena no contexto urbano de Aquidauana. Com este trabalho, esperamos contribuir para os estudos sobre a história de Aquidauana e dos terena nessa cidade.

**Palavras-chave:** Aquidauana; Terena; Aldeia Urbana; História; Discurso Urbano.

## RESUMEN

Los registros memorialísticos analizados sobre la historia de la fundación de Aquidauana revelan un borramiento de la historicidad terena por diferentes procesos, lo que implica la construcción de un saber sobre la historia de la ciudad en el cual el conocimiento sobre la historicidad terena queda olvidado (CASTRO y ZORZATO, 2022; CASTRO, 2014). Si, por un lado, se producen prácticas de olvido sobre la historia terena en las representaciones memorialísticas y en el saber histórico sobre Aquidauana —lo que todavía se observa en la memoria de los nombres de calles, espacios públicos y monumentos aquidauanenses (CASTRO, 2014, p.131)—, por otro lado, desde 2010 la ciudad cuenta con una aldea urbana, la aldea terena Tico Lipú. ¿De qué modo, entonces, la historia de formación de esta aldea construye una representación de Aquidauana en la medida en que constituye una memoria de sentidos sobre la ciudad y cómo los terena son allí significados? Esta es la cuestión de este trabajo de conclusión de curso. Al realizar una búsqueda sobre la historia de la aldea Tico Lipú, nos encontramos con dos obras académicas cuya finalidad no es directamente tratar de esa historia, pero que la abordan teniendo en cuenta sus objetos y cuestiones de investigación: la disertación de Darnizot (2015) y la tesis de Cunha (2018). Analizamos esta historia fundamentados en el Análisis del Discurso tal como fue propuesto, en Brasil, por Orlandi (1990, 1992, 1999), especialmente en la forma en que la autora comprende el funcionamiento del discurso urbano (ORLANDI, 2004), y en la Semántica Histórica de la Enunciación desarrollada por Guimarães (1995). Los resultados del análisis muestran que el discurso de formación de la aldea Tico Lipú articula memoria, fe, solidaridad y resistencia, configurándola como un espacio de afirmación identitaria, política e histórica de los terena en el contexto urbano de Aquidauana. Con este trabajo, esperamos contribuir a los estudios sobre la historia de Aquidauana y de los terena en esta ciudad.

**Palabras clave:** Aquidauana; Terena; Aldea Urbana; Historia; Discurso Urbano.

## SUMÁRIO

|                                                                    |    |
|--------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO                                                         | 1  |
| CAPÍTULO 1 – OS TERENA E A HISTORIOGRAFIA DE<br>AQUIDAUANA         | 5  |
| CAPÍTULO 2 – SABER HISTÓRICO SOBRE A CIDADE E O<br>DISCURSO URBANO | 13 |
| CAPÍTULO 3 - ANÁLISES                                              | 23 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS                                               | 30 |
| REFERÊNCIAS                                                        | 32 |

## INTRODUÇÃO

A história do povo Terena é longa e complexa, tecida por deslocamentos, encontros e resistências que atravessam séculos. Inseridos em uma rede de relações com outros povos indígenas, com colonizadores europeus e com descendentes de africanos, os Terena compõem um mosaico de experiências que marcaram profundamente a formação histórica da região Centro-Oeste do Brasil. Juntamente com os Laiana e os Kinikinau, pertencem à família linguística Aruák, um tronco que se espalha por diferentes países da América do Sul, do norte amazônico ao sul do continente. Essa filiação revela não apenas uma origem comum, mas também a amplitude da presença indígena no continente, sustentada por laços de cultura, língua e memória (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000).

Conhecer a trajetória dos Terena implica reconhecer que sua história não está registrada apenas em documentos escritos, mas em múltiplas fontes de memória. A cultura material, expressa em cerâmicas, tecidos e instrumentos musicais, guarda marcas de práticas antigas e de um modo de vida que, em parte, já não se repete no presente. Registros produzidos por não indígenas, textos, desenhos, fotografias também permitem vislumbrar diferentes momentos de contato, nem sempre pacíficos. Contudo, é sobretudo pela tradição oral e pela língua que os Terena mantêm viva a lembrança de seus ancestrais, narrando os episódios mais significativos da comunidade. A palavra falada, transmitida entre gerações, é testemunho e resistência, preservando histórias que a escrita muitas vezes silenciou.

A língua terena, com suas semelhanças com o laiana e o kinikinau, insere-se na grande família Aruák, e é por meio dela que se pode identificar origens, percursos e permanências. As variações na fala, perceptíveis entre aldeias como Cachoeirinha, Taunay, Ipegue e Bananal, revelam que a língua também é um marcador de pertencimento, capaz de indicar de onde vem cada pessoa e qual comunidade representa. Assim como o português se diversifica entre gaúchos, pernambucanos e portugueses, o terena carrega diferenças que expressam identidades locais, reafirmando a vitalidade de sua cultura (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000).

Do ponto de vista histórico, os Terena relembram três grandes momentos de sua trajetória coletiva. O primeiro deles, conhecido como os “Tempos Antigos”, corresponde à saída do Êxiva, na região do Chaco, e à travessia do rio Paraguai durante o século XVIII. Nesse período, ocuparam vastas áreas do atual Mato Grosso do Sul, dedicando-se à agricultura e estabelecendo alianças estratégicas com os Guaicuru e com os colonizadores portugueses. Esse movimento migratório marcou a chegada dos Terena ao território que hoje corresponde às cidades de Miranda e Aquidauana, configurando o início de uma presença que permanece até os dias atuais (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000).

A memória desse deslocamento e das relações estabelecidas ao longo do caminho mostra que a história terena não é apenas a narrativa de um passado distante, mas também a afirmação de um povo que segue vivo, recriando seus sentidos de existência diante dos desafios contemporâneos. Recontar essa trajetória é, portanto, um exercício de reconhecer a contribuição indígena na formação regional e de valorizar a continuidade de um povo que, mesmo diante da perda de territórios e da pressão das frentes coloniais, manteve sua identidade e inscreveu sua presença na história social do Brasil.

Atualmente, a presença terena em Mato Grosso do Sul é significativa e expressiva na formação social e cultural do estado. Segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS), sistematizados por Castro (2024), a população indígena soma 80.459 habitantes, distribuídos em 29 municípios e pertencentes a oito etnias: Guarani, Kaiowá, Terena, Kadvéu, Kinikinaw, Atikun, Ofaié e Guató. No que diz respeito especificamente aos Terena, suas aldeias encontram-se espalhadas em diferentes municípios: em Aquidauana, destacam-se Colônia Nova, Água Branca, Ipegue, Bananal, Lagoinha, Morrinho, Imbirussu, Limão Verde, Córrego Seco e Buritizinho; em Anastácio, a Aldeinha; em Dois Irmãos do Buriti, Água Azul, Barreirinho, Buriti, Nova Buriti, Olho D'Água, Oliveira e Recanto; em Miranda, Argola, Moreira, Morrinho, Cachoeirinha, Lagoinha, Babaçu, Passarinho, Lalima e Mãe Terra; em Nioaque, Brejão, Taboquinha, Água Branca e Cabeceira; em Rochedo, a Aldeia Bálamo; e em Sidrolândia, as aldeias 10 de Maio, Córrego do Meio, Lagoinha e Tereré.

É importante observar, entretanto, que nessa listagem não aparece a aldeia urbana Tico Lipú, situada em Aquidauana. Essa ausência chama a atenção, pois a Tico Lipú constitui uma experiência singular de ocupação indígena em espaço urbano. Criada em 2010, em área limítrofe ao perímetro urbano de Aquidauana, a aldeia nasce de uma demanda por território que possibilitasse à comunidade viver próxima à cidade, sem abrir mão de suas formas próprias de organização e memória. Em 2015, a administração municipal assinou a desapropriação fundiária do local, visando a sua regularização, o que representou um marco importante no reconhecimento desse espaço como parte legítima da paisagem urbana aquidauanense.

A inserção da Tico Lipú no contexto da cidade evidencia que a história terena não é apenas um passado distante narrado em registros ou memórias, mas um processo contínuo de construção. Ao lado das aldeias tradicionais, a Tico Lipú amplia a compreensão sobre as formas contemporâneas de presença indígena, em diálogo permanente com o espaço urbano e com os desafios da modernidade. Essa aldeia urbana não apenas reafirma a permanência terena em Aquidauana, como também revela os sentidos de resistência e de memória que estruturam a vida desse povo.

Diante desse percurso histórico e da presença contemporânea terena em Aquidauana, este trabalho tem como objetivo analisar a história de formação da aldeia urbana Tico Lipú, buscando compreender os sentidos de sua formação no espaço urbano e as memórias, para Aquidauana e para os terena, que nela se entrelaçam.

Para alcançar esse objetivo, a monografia organiza-se em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Os terena e a historiografia de Aquidauana*, retomamos os estudos de Castro e Zorzato (2002) e Castro (2014) que tratam dos modos como os terena comparecem nos registros historiográficos e memorialísticos de Aquidauana. No segundo capítulo, *Saber histórico sobre a cidade e discurso urbano*, apresentamos a tese de Orlandi (2004) sobre o funcionamento do discurso urbano e elementos do quadro teórico-conceitual da Análise de Discurso, proposta por essa mesma autora, e da Semântica Histórica da Enunciação, proposta por Guimarães (1995). Dentro deste quadro examinamos, no capítulo 3, *Análises*, a argumentação que constitui a

textualidade da história de formação da aldeia urbana Tico Lipú contada por seu cacique fundador em entrevista para a pesquisa de mestrado de Cristiane Darnizot, intitulada *A expansão urbana de Aquidauana como incentivo na reorganização da produção econômica nas propriedades rurais no Morrinho*, defendida em 2015, e para a pesquisa de doutorado de Fátima Cristina Duarte Ferreira Cunha, intitulada *Identidade Terena: a valorização do passado e o olhar para o futuro – estudo relacional de aldeias Terena em Aquidauana e Anastácio*, defendida em 2018. Por fim, o trabalho apresenta as *Considerações finais*, nas quais se retoma o percurso realizado, destacando as contribuições da pesquisa para a valorização da presença terena na cidade e indicando possibilidades de continuidade do debate.

## **CAPÍTULO 1 – OS TERENA E A HISTORIOGRAFIA DE AQUIDAUANA**

O artigo “Representações Memorativas e Historiográficas sobre Aquidauana”, de Iara Quelho de Castro e Osvaldo Zorzato (2002), oferece uma análise sobre os modos como a história da cidade de Aquidauana (MS) tem sido construída, representada e apropriada ao longo do tempo. O texto propõe refletir sobre as articulações entre memória, história e poder, evidenciando que a cidade, como lugar social e histórico, abriga arquivos imaginários compostos por lembranças e representações que sustentam identidades coletivas e legitimam determinados grupos sociais.

A partir de pensadores teóricos como Certeau, Roger Chartier, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Jacques Le Goff e outros, os autores mostram como os discursos históricos não são neutros: eles carregam intencionalidades, são produtos de disputas simbólicas e têm papel estratégico na consolidação de hegemonias. As representações historiográficas, portanto, operam como mecanismos de seleção e exclusão, estabelecendo uma narrativa do passado que serve para garantir a permanência de certos poderes no presente.

O texto parte da ideia de que o saber histórico é construído, situado e seletivo. A memória social, ao ser organizada por meio da escrita da história, transforma acontecimentos em símbolos, e os legitima por meio da repetição institucional, como em escolas, monumentos e festas cívicas. É nesse ponto que os autores mostram como o passado é frequentemente mobilizado para explicar, justificar ou até mesmo encobrir conflitos e exclusões do presente. A história considerada oficial de Aquidauana é, assim, construída em torno de uma elite fundadora de fazendeiros, cujas ações são celebradas e perpetuadas como exemplares, enquanto outros grupos, como a população indígena da etnia terena, sob a qual recai a atenção dos autores do artigo ao analisar essa história, são silenciados ou marginalizados.

A pesquisa de Castro e Zorzato (2002) está organizada em três eixos temáticos principais. O primeiro trata da construção da memória historiográfica como base da identidade local vinculada a um projeto regional de pertencimento. O segundo eixo analisa os mecanismos de presentificação da história, principalmente por meio de textos comemorativos e festas cívicas que reiteram a memória

estabilizada como oficial. O terceiro discute o esquecimento, tanto em sua forma absoluta, o apagamento completo dos indígenas terena, quanto em sua forma seletiva, quando os indígenas dessa etnia são reduzidos a funções subalternas dentro da narrativa histórica.

As obras de Gerson Russi (1975), Claudio Robba (1992), Renato Ribeiro (1984) e Joana Neves (1980) são representativas do primeiro eixo. As três primeiras seguem um modelo de escrita da história local segundo o modelo dos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil (IHGBs).

A obra de Robba (1992), *História de Aquidauana*, se caracterizaria por adotar uma reconstrução histórica tradicional, que inicia com a descrição das condições naturais e geográficas da região, remetendo aos mitos fundadores como elementos autênticos na formação da cidade de Aquidauana.

Segundo Castro e Zorzato (2002), a narrativa histórica de Aquidauana, elaborada por Cláudio Robba, inicia-se com a valorização da natureza local, apresentada como um ambiente quase paradisíaco, rico em recursos naturais e beleza natural. Este cenário seria descrito por Robba como um espaço ideal, que remete aos mitos fundadores à ideia de um território abençoado, pronto para ser civilizado. A narrativa segue a forma tradicional, exaltando os pioneiros brancos como heróis responsáveis por transformar a mata em cidade, e atribuindo-lhes um papel central no processo de fundação e posterior progresso da cidade. Em geral os terena, segundo Castro e Zorzato (2002), são mencionados por Robba, mas, muitas vezes, de forma secundária, como parte do ambiente a ser transformado. Publicado em 1992, durante as comemorações do centenário de Aquidauana, período marcado por diversas manifestações comemorativas, como eventos, homenagens e produções textuais sobre a cidade, a obra de Robba buscava construir um sentimento de pertencimento e orgulho entre os aquidauanenses, legitimando a presença dos fundadores “heroicos” e organizando, assim, uma narrativa apresentada como oficial para celebrar a história de 100 anos da cidade.

A obra de Russi (1975), *Subsídios para a história de uma região: Aquidauana*, foi destinada, conforme explicam Castro e Zorzato (2002), a uso pedagógico para servir de referência ao ensino público. Russi constrói sua narrativa a partir

de uma linha do tempo que, a partir de informações esparsas deixadas por memorialista e geógrafos, seleciona acontecimentos que representariam a trajetória da origem, progresso e desenvolvimento de Aquidauana. Essa abordagem seguiria, segundo Castro e Zorzato (2002), uma visão progressista da história. A obra de Russi (1975) se dividiria em três momentos.

O primeiro momento aborda o surgimento inicial de povoamento e fundação do Sul de Mato Grosso, destacando a passagem de excursões espanholas e do movimento dos bandeirantes na região. O segundo momento, marcaria o início de um real povoamento, a partir da guerra contra o Paraguai e posterior multiplicação das fazendas de gado. Assim posto, segundo analisam Castro e Zorzato (2002), os “verdadeiros” povoadores seriam, então, os donos das terras, os fazendeiros. Aqueles que já habitavam as terras, os terena, cuja presença nesses três momentos pouco seria mencionada por Russi, são tidos como indígenas que ocupavam o local, mas nunca o povoaram de fato. No terceiro momento, Russi trata da chegada da modernidade, marcada pela implantação dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil no século XX. O autor entenderia esse fato como um marco histórico para a cidade, que trouxe modernização e mudança.

*Taboco –150 anos: balaio de recordações*, obra de Renato Alves Ribeiro (1984), conta a história da fazenda de sua família, localizada na região conhecida como Taboco, no Pantanal sul-mato-grossense. Essa obra é discutida por Castro e Zorzato (2002), mas analisada mais detidamente por Castro, em artigo publicado em 2014, intitulado *Os terenas nas memórias e história de Aquidauana*.

Pelas análises de Castro (2014), ao contar a história da fazenda, Ribeiro constrói duas figuras distintas: o homem pantaneiro e o indígena Terena. O primeiro é exaltado como símbolo da modernidade e do progresso, representando os brancos pioneiros que, por meio de esforço e sacrifício, conquistaram e exploraram economicamente a região. É o sujeito que abraça as inovações tecnológicas como currais modernos, rádio, luz elétrica e avião e que teria enfrentado com bravura as adversidades naturais para construir a riqueza da pecuária pantaneira. Em contrapartida, os terena são representados de forma subalterna e paternalista. São descritos como “bons empregados, de temperamento dócil e leais amigos”, valorizados por suas habilidades no

trabalho braçal, como vaqueiros, rastejadores, cozinheiros e guias. São ainda lembrados por sua colaboração braçal que muito teria auxiliado na Guerra contra o Paraguai. Ao mesmo tempo, Ribeiro descreveria os indígenas como seres “não evoluídos”, vagando pelas matas, sem roupas, sendo assistidos com “pedaços de pano” pela caridade dos fazendeiros, o que evidenciaria uma relação desigual, marcada por um olhar civilizador.

Para Ribeiro (1984), haveria um antagonismo claro entre a cultura indígena e a lógica econômica do mundo tido como “moderno e civilizado”. Ele sustenta que os indígenas, para terem valor social, deveriam ser incorporados à civilização branca, justificando essa ideia com o argumento de que, historicamente, os povos dominados sempre acabaram aceitando a cultura dos dominadores:

“Os índios aprendem com relativa facilidade os mais variados ofícios, podendo assim integrar-se na nossa sociedade. Este seria o regime ideal de aculturação, melhor do que mantê-los em aldeias, segregados da civilização, onde só aprendem a beber pinga e viver na mais completa indolência. (...) Quer queiram ou não os antropólogos cor-de-rosa, os índios precisam ser incorporados à nossa civilização, pois desde o princípio da humanidade os povos dominados, ou melhor, em minoria, aceitavam a civilização dos dominadores” (RIBEIRO, 1984 apud CASTRO, 2014, p.146).

Pelas análises de Castro (2014), podemos entender que tal visão expressa por Ribeiro carrega um pressuposto de superioridade cultural dos brancos, no qual a cultura indígena aparece como atrasada, incompatível com o desenvolvimento, e, portanto, algo a ser superado.

As obras de Gerson Russi (1975), Renato Ribeiro (1984) e Cláudio Robba (1992) seguem uma tradição de escrita da história local inspirada no modelo dos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil (IHGBs), modelo este que privilegia uma narrativa marcada pela visão do protagonismo das elites fundadoras. Nessas produções, observa-se a exaltação dos pioneiros como heróis desbravadores, herdeiros da tradição bandeirante, encarregados da missão civilizatória e da modernização de Aquidauana. O discurso construído reforça a ideia de progresso como resultado do esforço desses homens. Os terena, se são nelas representados, são representados como mão-de-obra sobre a justificativa de que contribuiriam para o desenvolvimento da região (silenciando o fato de

que, na verdade, contribuiriam para o acúmulo de riqueza dos fazendeiros fundadores), ao mesmo tempo, que, dessa forma, receberiam os benefícios da civilização.

Ainda dentro do eixo 1 de análise, Castro e Zorzato (2002) incluem a Dissertação de Mestrado em História de Joana Neves (1980). Essa obra reconta a história local a partir de uma escrita acadêmica. Neves compreende a fundação de Aquidauana como parte do processo de avanço do capitalismo que visa à incorporação econômica do Pantanal. Ela identifica a cidade como produto de um processo histórico mais amplo de dominação e destruição cultural, especialmente no que tange à população indígena. Contudo, apesar do mérito crítico ao advogar sobre necessidade de uma revisão da historiografia do país no que diz respeito ao tratamento dado aos indígenas, a autora ainda reproduz certas limitações ao representar os indígenas majoritariamente como vítimas passivas da civilização, evocando uma imagem rousseauiana do "bom selvagem". Assim entendido, a história das sociedades indígenas é construída como uma história trágica na qual suas identidades culturais são frágeis e estão em constante processo de extinção pelo domínio do civilizador branco. Esse gesto não consideraria o indígena como sujeito histórico que pode se envolver em processos tanto de questionamento e negação, quanto de reelaborações de sua identidade, construindo historicidades que, ainda que de forma assimétrica, podem se relacionar com as dos brancos.

O eixo 2 das análises de Castro e Zorzato (2002) é constituído por folhetos e textos que surgem de tempos em tempos no período de aniversário da cidade como parte da cerimônia de celebração de sua fundação. Esses textos reatualizam a história de ação dos pioneiros fundadores buscando apresentar a comunidade como herança de seu trabalho a fim de alimentar um sentimento de pertencimento à comunidade. Essa herança seria entendida como continuidade do progresso e civilização iniciada pelos pioneiros. Ao buscar presentificar o passado para celebrar a cidade, tais textos criariam, segundo Castro e Zorzato (2002), uma unidade histórica para Aquidauana na qual não se explicita uma representação para o povo Terena.

A análise feita por Castro e Zorzato é profunda e sensível sobre a forma como os indígenas, especialmente o povo terena, são representados na historiografia

e na memória oficial da cidade de Aquidauana. Partindo do conceito de “olhar civilizador” e do funcionamento dos “silêncios da memória historiográfica”, os autores demonstram que as narrativas locais são marcadas por três estratégias principais de representação dos indígenas: exclusão, inclusão excludente e homogeneização.

A primeira forma de representação, a exclusão, é visível na ausência quase total de menção aos indígenas em trabalhos como o de Gerson Russi (1975), que ignora a presença viva e ativa dos Terena no cotidiano aquidauanense. O silêncio sobre os indígenas revelaria não uma simples omissão, mas uma escolha historiográfica que reflete e reforça a ideia de que o indígena só pode existir enquanto resquício de um passado distante, ancorado na noção de uma cultura ancestral “pura”. Quando essa cultura se transforma, ou dialoga com o mundo contemporâneo, o indígena deixa de ser reconhecido como tal. Essa lógica é amplamente utilizada em disputas territoriais, nas quais se afirmam que os indígenas “não são mais índios” por terem perdido seus modos de vida originais. A presença concreta dos terena seria, assim, deliberadamente invisibilizada para atender a interesses fundiários e políticos, perpetuando a exclusão do grupo nos registros históricos e nas decisões sobre o território.

A segunda forma, que os autores chamam de “inclusão excludente”, baseia-se na noção teórica de inclusão abstrata e exclusão concreta, conforme Cancline (1999). Essa estratégia está presente quando os terena aparecem nas representações como “bons trabalhadores”, “leais”, “dóceis” e “amigos” dos brancos. São incluídos enquanto mão de obra útil, mas excluídos enquanto grupo cultural diferenciado, com saberes próprios, formas de organização e identidade histórica. Essa visão é reproduzida, por exemplo, por Renato Ribeiro (1984), que sugere que os indígenas devem ser incorporados à “nossa civilização”, pois, segundo ele, “desde o princípio da humanidade, os povos dominados aceitavam a civilização dos dominadores”. Essa perspectiva opera dentro de um raciocínio hierárquico e etnocêntrico, no qual os valores da sociedade envolvente são tidos como superiores, e os indígenas, como “seres incompletos”, à espera de orientação e condução.

A terceira forma de representação, a homogeneização, reduz os Terena à condição de indígenas genéricos, sem cultura própria e diferenciada. São

tratados como uma massa indistinta, sem identidade étnica singular, confundidos com outros povos e representados como pertencentes a um passado remoto e congelado no tempo. Segundo Castro e Zorzato (2002), haveria um trecho na obra de Russi (1975), por exemplo, em que o autor considera os indígenas da região como “comunistas primitivos” no “estágio neolítico” quando do início da “ocupação pelos brancos”. Isso ilustraria uma visão fossilizada, que retira dos indígenas qualquer possibilidade de historicidade. Trata-se de uma representação que reforça a ideia de que os indígenas não têm papel no presente nem no futuro, pois sua existência estaria confinada a uma etapa “atrasada” da evolução humana.

Enfim, para Castro e Zorzato (2002, p.88-89): “As representações dos memorialistas negam a historicidade Terena; sua história é ignorada ou, quando muito, aparece como um complemento da história dos desbravadores da região, como meros coadjuvantes (...)”

Quando não são ignorados e recebem uma representação positiva, como nas memórias de Robba (1992) e em partes da história de Ribeiro (1984), os Terena são elogiados como “vaqueiros competentes”, “guia confiáveis” ou “cozinheiros habilidosos”, ou seja, avaliados segundo sua utilidade para a lógica da sociedade envolvente. São percebidos e valorizados não por sua cultura, resistência ou protagonismo histórico, mas por sua capacidade de adaptação e sua disposição para o trabalho subordinado.

Nesse sentido, a crítica apresentada por Joana Neves em sua dissertação (1980), embora se proponha a defender os indígenas e denunciar as violências da colonização, ainda se ancora na imagem do “bom selvagem” — uma figura rousseauiana, marcada pela pureza, pela fragilidade e pela idealização da cultura perdida. Neves, ao lamentar a destruição das culturas indígenas, contribui para a construção de uma memória que, embora solidária, ainda trata os povos indígenas como vítimas passivas e quase desprovidas de agência. Sua representação estaria marcada pela indignação moral, mas também pela nostalgia e pela impotência diante de um processo considerado irreversível.

As duas formas de ver o indígena — como subordinado dócil ou como vítima pura — acabam por negar sua presença ativa, seu direito à autodeterminação e

sua participação concreta na construção histórica e social da cidade. As representações formadas nos textos e rituais comemorativos de Aquidauana constroem, assim, uma identidade coletiva sustentada sobre uma memória que favorece e beneficia os grupos tradicionais, representados pelos pioneiros fundadores, representantes dos princípios civilizadores brancos.

As análises de Castro e Zorzato (2002) permitem concluir que as representações memorialísticas construídos pela historiografia da cidade não são neutros, mas estão a serviço de projetos sociais e políticos. Como dizem os autores, as representações não são apenas discursos — elas criam sentidos, legitimam práticas, justificam condutas. O saber histórico, embora sempre seletivo e recortado, deve ser usado de forma crítica e ética, como instrumento de transformação e reconhecimento, e não de exclusão e apagamento.

## **CAPÍTULO 2 – SABER HISTÓRICO SOBRE A CIDADE E O DISCURSO URBANO**

A cidade, embora seja lugar de práticas sociais diversas, institui-se historicamente através, por exemplo, de registros memorialísticos sobre a cidade, tais como os analisados por Castro e Zorzato (2002) e Castro (2014). Tais registros constituem-se como uma fonte de saber sobre a história local ao legitimar eventos e personagens determinados. Aqueles analisados sobre a história de Aquidauana revelam um apagamento da historicidade terena pelos processos de exclusão, inclusão excludente e homogeneização, tal como explicados por Castro e Zorzato (2002), o que implica na construção de um saber sobre a história da cidade na qual o saber sobre a historicidade dessa etnia fica esquecida.

Como nota Castro (2014), esse esquecimento persiste não só no saber histórico sobre a cidade, como em outros elementos que constituem sua urbanidade, como nomes de ruas e logradouros e monumentos comemorativos. Neles, segundo a autora (2014, p.131): “(...) a ausência do índio é significativa: celebram-se os fundadores, seus familiares e aqueles que, sob a perspectiva do “progresso”, contribuíram com seu trabalho para o desenvolvimento da cidade”.

Se, por um lado, práticas de esquecimento são produzidas sobre a história terena nas representações memorialísticas e no saber histórico sobre Aquidauana, o que ainda se observa na memória de nomes de ruas, logradouros e monumentos aquidauanenses, por outro lado, desde de 2010, a cidade conta com uma aldeia urbana, a aldeia urbana Tico Lipú.

De que modo, então, a história de formação dessa aldeia constrói uma memória de Aquidauana na medida em que constitui sentidos sobre a cidade e, nesses sentidos, quais são aqueles construídos para os terenas?

Ao fazer uma busca sobre a história da aldeia Tico Lipú, deparamo-nos com duas obras acadêmicas cuja finalidade não é diretamente tratar dessa história, mas a abordam tendo em vista seus objetos e questões de pesquisa. As obras são: a dissertação de Cristiane Darnizot (2015), intitulada *A expansão urbana de Aquidauana como incentivo na reorganização da produção econômica nas propriedades rurais no Morrinho*, e a tese de Fátima Cristina Duarte Cunha

(2018), *Identidade Terena: a valorização do passado e o olhar para o futuro – estudo relacional de aldeias Terena em Aquidauana e Anastácio*.

Embora as duas obras não tenham caráter memorialístico ou historiográfico, são textos que contribuem para constituir uma memória sobre Aquidauana e os terena, na medida em que, enquanto discursos científicos que abordam a história da aldeia urbana, constroem uma forma de saber urbano que contribui para construir um saber sobre a historicidade terena e sobre Aquidauana. Tais considerações assim, como a elaboração de nossa questão acima, podem ser propostas dentro do campo da análise de discurso, tal como desenvolvida no Brasil pelas obras de Eni Orlandi (1992, 1996, 1999, entre outros), em especial, pelo modo como a autora compreende o discurso urbano (ORLANDI, 2004).

No campo da análise de discurso de linha francesa, no qual se situam os trabalhos de Orlandi, a língua é concebida como sistema relativamente autônomo, pois a “especificidade desse campo de conhecimento está em considerar a língua na sociedade e na história, fazendo intervir a ideologia” (ORLANDI, 1998, p.17). O social e o histórico não são correlatos da língua. Língua, história e sociedade se constituem conjuntamente no processo de assujeitamento pela ideologia sem a qual não haveria gestos de interpretação. O discurso, enquanto objeto de análise, não é “um objeto linguístico mas um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto”, isso porque, ainda nas palavras de Orlandi (id; ib.): “os processos discursivos são a fonte dos efeitos de sentidos e a língua é o lugar material em que esses efeitos se realizam”. Os processos discursivos se constituem na memória do dizer, o interdiscurso: “o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido” (ORLANDI, 1992, p.89). Nessa perspectiva, a forma linguística não é concebida como uma forma abstrata – sob a divisão forma/conteúdo, pela qual seria possível “extrair” um conteúdo ou representação que estaria “atrás” da forma – mas como forma material: “que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é, portanto, linguístico-histórica” (ORLANDI, 1999, p.19).

Ao contrário dos historiadores que analisam os registros memorialísticos de Aquidauana (CASTRO e ZORZATO, 2002; CASTRO, 2014), assumir um gesto de análise discursivo sobre a dissertação de Darnizot (2015) e a tese de Cunha (2018), no que diz respeito à formação da aldeia Tico Lipú, não visa pesquisar

como esses textos estabelecem uma representação de Aquidauana e, nela, qual seria a representação para os terena, mas como constroem sentidos sobre ambos. Isso porque a materialidade linguística desses textos pode ser assumida como forma material de um gesto de interpretação na qual língua, história e sociedade se constituem conjuntamente pelo funcionamento da ideologia, o que, na análise do discurso: “(...) não é assim um conjunto de representações nem a ocultação da realidade. Discursivamente, a ideologia é uma necessidade da relação da língua com a história na constituição dos sujeitos e dos sentidos” (ORLANDI, 1998, p.18). Assim, a história de formação da aldeia Tico Lipú, contada na dissertação e na tese, ao estabelecer sentidos sobre Aquidauana e sobre os terena, estabelece uma memória de sentidos sobre ambos, resultado de um processo discursivo constituídos no interdiscurso. Este processo resulta em um saber urbano no qual estão implicados um saber sobre os terena e Aquidauana na contemporaneidade. Esses saberes seriam produzidos pelo funcionamento do discurso urbano.

Em capítulo intitulado *Tralhas e troços – o flagrante urbano*, Orlandi (2004) apresenta sua compreensão sobre a cidade enquanto discurso urbano. A autora busca se distanciar de um entendimento sobre a cidade que se fundamenta na noção de fragmentário do urbano. Para Orlandi, o fragmentário é efeito da vontade de totalidade produzida pelo imaginário decorrente do arredondamento do olhar. Este olhar seria totalitário na medida em que é organizado e organizador do espaço urbano. De um ponto de vista discursivo, a cidade desorganiza essa totalidade e, por conta disso, exigiria o método discursivo para compreender seus sentidos, produzidos na articulação entre o simbólico e o político. Nessa perspectiva, fragmentários do urbano seriam, na verdade, flagrantes de formas do discurso urbano: o rap, os grafitos, pichações, outdoors, painéis, ambulantes seriam alguns exemplos de formas do discurso urbano

O rap, a poesia urbana, a música, os grafitos, pichações, inscrições, outdoors, painéis, rodas de conversa, vendedores de coisa-alguma, são formas do discurso urbano. É a cidade produzindo sentidos. Como funcionam? Como *flagrantes* de um olhar (um corpo) em movimento. São formas de significar com sua poética, por assim dizer, incluídas na própria forma material da cidade. Não se destacam dela senão para funcionar como *lembretes* (chamadas) para o exterior (ORLANDI, 2004, p.30-31)

Isso posto, responder a questão de pesquisa deste trabalho exigiria não conceber a aldeia como fragmentário urbano. Este gesto reproduziria imaginários que não permitiriam enxergar, em sua história, movimentos de produção de sentidos sobre o real da cidade. A tese de Orlandi é a seguinte: “há uma sobreposição do urbano sobre a cidade de tal modo que o que eu tenho chamado de discurso do urbano silencia o real da cidade (e o social que o acompanha)” (ORLANDI, 2004, p.34). Esse seria um processo resultado de ampla dominância do discurso do urbanista que se transforma em um senso-comum dominante e, assim, “homogeneiza o modo de significar a cidade seja pelo seu uso indiferente no discurso ordinário, no discurso administrativo, no do Estado, tomando as formas do jurídico ou do político indiscriminadamente” (id., ib.)<sup>1</sup>. Assumir essa tese para responder a questão de pesquisa deste trabalho permitiria não só oferecer contribuições para compreender partes da história recente de Aquidauana e dos terena, mas também compreender como o discurso urbano pode significar a aldeia enquanto um espaço da cidade.

Enxergar como a aldeia urbana Tico Lipú, enquanto flagrante do discurso urbano, movimenta produções de sentidos em sua história exigiria, em sua análise, ultrapassar a organização desse discurso para chegar a uma compreensão da ordem do discurso urbano<sup>2</sup>. Para isso, Orlandi propõe considerar os flagrantes como pontos em que a cidade se materializa em narratividades urbanas. Enquanto narratividades, os flagrantes são caracterizados por constituir textualidades que não são fechadas em si mesmas ou independentes das condições de que fazem parte. Os sujeitos urbanos que as formulam não se caracterizam como narradores relatando um conteúdo. Em outras palavras, não significam a cidade enquanto agentes externos, mas enquanto parte dela. Estacionar na organização do discurso urbano sobre a

---

<sup>1</sup> Ainda que mesmo na capital do estado de Mato Grosso do Sul existam aldeias urbanas desde 1999, não é incomum haver um desconhecimento por parte da população da cidade sobre a existência delas. Não é diferente em Aquidauana e Anastácio. Esse desconhecimento pode ser compreendido como efeito de sentido próprio do funcionamento do discurso urbano. Efeito esse que silencia o real das cidades sul-mato-grossenses que as abrigam por meio de um processo que homogeneiza as aldeias enquanto parte indiferente delas.

<sup>2</sup> Orlandi diferencia os termos ordem e organização. Enquanto o primeiro seria próprio do simbólico na relação com a dimensão da materialidade histórica do discurso, “a sistematicidade sujeita a equívocos” (ORLANDI, 2004, p. 35), o segundo seria próprio do empírico e do imaginário, “o arranjo das unidades” (id., ib.).

aldeia seria investir no imaginário e nas ilusões produzidas pelos silenciamentos desse discurso. Apenas enquanto flagrante, enquanto, portanto, materialização de uma narratividade urbana, seria possível analisar como o simbólico se articula com o político na textualidade da história da aldeia Tico Lipu e, dessa forma, estabelece sentidos para Aquidauana e para os próprios terena.

## 1. ARGUMENTAÇÃO: UMA FORMA DE APREENDER O POLÍTICO

O político, na análise de discurso, diz respeito à divisão dos sentidos. Nas palavras de Orlandi: “o político é o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição” (ORLANDI, 1996, p.21-22). Como diferentes sentidos se estabelecem para uma mesma ação ou objeto? Isso seria próprio do funcionamento do político. A fala de um cacique kadiwéu reproduzida da notícia *Espalhados pela capital, indígenas kadiwéu cobram aldeia urbana*, escrita por Kamila Alcântara para o site Campo Grande News permite ilustrar o funcionamento do político:

“Nós pagamos impostos daqui, temos Título de Eleitor aqui e exercemos nossas obrigações como cidadãos. Queremos ter o nosso espaço para, finalmente, estarmos juntos e poder manifestar nossa cultura, já que em casa é pequeno e quando fechamos a rua pensam que é protesto”

Pela fala do cacique, o sentido de fechar a rua não se estabelece para os indígenas de sua etnia como um protesto, ao passo que, para outra parcela da população, não explícita em sua fala pela construção “pensam que é protesto”, protesto é o sentido atribuído para quando os kadiwéu fecham a rua. Essa diferença de significação é estabelecida pelo político. Diante desse fato, o trabalho de análise deve ser capaz de apreender o político para atravessar o imaginário dos sentidos naturalizados por seu funcionamento, no caso, o do discurso urbano. Segundo Orlandi (2004, p.30): “Para apreender o político, consideramos dois modos de acesso: pela argumentação e/ou pelos modos de significação mais ou menos desorganizados”.

A argumentação é um dos interesses dos estudos da significação desenvolvidos por Eduardo Guimarães no campo da linguística enunciativa. O diálogo aberto em seus trabalhos com a análise de discurso o permitiu deslocar a concepção de significação de uma perspectiva estruturalista para uma perspectiva materialista sobre a semântica da enunciação, que o autor denomina como Semântica Histórica da Enunciação. Segundo Guimarães (1995, p.66):

[...] a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Sua

materialidade é esta historicidade. A construção dessa concepção de significação se faz para nós na medida em que consideramos que o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo.

O tratamento da historicidade da significação é possível pela mobilização do conceito de interdiscurso tal como definido por Orlandi (1992, p. 89): “o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido”. A enunciação é concebida pelo autor como “um acontecimento de linguagem perpassado pelo *interdiscurso*, que se dá como espaço de *memória* no acontecimento” (GUIMARÃES, 1995, p.70). Por essa definição, os sentidos de um enunciado são, para Guimarães, efeitos de sentido de sua enunciação, o que o autor explica como: “Ou seja, são os efeitos do interdiscurso constituídos pelo funcionamento da língua no acontecimento” (GUIMARÃES, 1995, p.70).

Nesse diálogo com a análise de discurso, Guimarães encontra caminhos para deslocar o tratamento estruturalista da argumentação proposto por Ducrot<sup>3</sup> ao estabelecer que “é o interdiscurso que constitui o sentido da argumentação” (GUIMARÃES, 1995, p.79). Entendendo esse sentido como uma diretividade da enunciação estabelecida por uma orientação argumentativa, Guimarães assume que “a diretividade da enunciação, própria da orientação argumentativa, se sustenta no já-dito do interdiscurso que movimenta a língua” (id.; ib.). Essa concepção permite ao autor explicar, por exemplo, o fato de um mesmo enunciado poder funcionar como argumento para uma afirmação e também para sua negação<sup>4</sup>. Um enunciado como “Está frio hoje” pode se encadear como argumento para “não vou sair” ou mesmo para “vou sair”. O encadeamento seja com a conclusão negativa (não vou sair), seja com a afirmativa (vou sair) vai depender do jogo discursivo que movimenta o interdiscurso em cada uma das enunciações: “[...] a sustentação argumentativa está no interdiscurso [...]” (GUIMARÃES, 1995, p.81). É por essa compreensão que, para Guimarães:

---

<sup>3</sup> Oswald Ducrot foi um semantista francês que desenvolveu seus estudos na segunda metade do século passado e início do século atual. Seu período de trabalho no Brasil durante a década de 1970, bem como a tradução de suas obras para o português brasileiro fundamentaram a formação e os estudos de vários linguistas brasileiros, entre eles Eduardo Guimarães (cf. FERREIRA, 2005). Ducrot foi o responsável por tornar a argumentação um problema para a linguística moderna. Suas pesquisas se caracterizavam por uma abordagem estruturalista na qual o autor propunha um primado não da língua, mas da linguagem (cf. DUCROT, 1987, p.63-88).

<sup>4</sup> Essa explicação é mais profunda e se desenvolve no âmbito das discussões de Guimarães sobre o estudo de Ducrot (1973) que trata da negação e das escalas análogas com enunciados sobre temperaturas.

[...] a orientação argumentativa estabelece como interpretar um enunciado. O que deve ser interpretado como argumento para, e o que deve ser interpretado como conclusão de tal argumento, e de modo a indicar que o futuro do texto se interpreta como relacionado com a conclusão. Ou seja, a orientação argumentativa estabelece o modo de interpretar o futuro do texto (GUIMARÃES, 1995, p.80-81).

Ao estabelecer argumentos e conclusões, a orientação argumentativa constrói assim o efeito de unidade do texto, o que vai conduzindo o texto para o seu futuro, sem o qual ele não produz um efeito de final ou finalidade. Esse processo, constitutivo da textualidade, não necessariamente costura o texto em uma orientação de diretividade unívoca. Fundamentada na Semântica Histórica da Enunciação, as análises de Oliveira (1998) sobre a argumentação de pastores da Igreja Universal do Reino de Deus mostram que essa diretividade pode ser difusa, formando teias argumentativas: “argumentos e conclusões não são estanques – conclusões acabam servindo como argumentos para outras conclusões e os mesmos argumentos orientam para mais de uma conclusão” (OLIVEIRA, 1998, p. 96).

Voltando à fala do cacique kadiwéu, por exemplo, temos que o primeiro enunciado, “Nós pagamos impostos daqui, temos Título de Eleitor aqui e exercemos nossas obrigações como cidadãos” é trazido como argumento para a reivindicação do espaço cuja argumentação se desenrola no período posterior. “Queremos ter nosso espaço” é apresentado como necessário para a união e manifestação cultural dos kadiwéu. Esse enunciado, junto àquele do primeiro período, funciona como um argumento para a conclusão: “para, finalmente, estarmos juntos e poder manifestar nossa cultura”. Essa conclusão ainda tem como argumento os enunciados introduzidos por “já que” articulados por “e” em: “já que em casa é pequeno e quando fechamos a rua pensam que é protesto”. É possível esquematizar essa argumentação da seguinte forma:

|                                                                                                                         |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Conclusão (C): “para, finalmente, estarmos juntos e poder manifestar nossa cultura”                                     |
| Argumento 1 (A1): “Nós pagamos impostos daqui, temos Título de Eleitor aqui e exercemos nossas obrigações como cidadão” |
| Argumento 2 (A2): “Queremos ter nosso espaço”                                                                           |
| Argumento 3 (A3): “em casa é pequeno”                                                                                   |

A argumentação do cacique para reivindicação da aldeia urbana se sustenta em um enunciado inscrito na memória do discurso da cidadania, que prevê os direitos e deveres do cidadão perante o Estado. Entre eles, o pagamento de impostos e a obrigatoriedade do voto para o qual ter um título de eleitor é exigido. Sustenta ainda essa argumentação um discurso outro do qual deriva o sentido de protesto para o ato dos kadiwéu fecharem a rua. Embora constitua interdiscursivamente a argumentação do cacique, comparece como discurso do qual a argumentação se distancia e polemiza com o discurso da cidadania.

O deslocamento do estudo da enunciação de uma perspectiva estruturalista da linguagem, para uma perspectiva materialista, permite a Guimarães assumir que os fatores que determinam a argumentação não se estabelecem na segmentalidade dos enunciados, mas na transversalidade do enunciado com o texto<sup>5 6</sup>. Sendo assim, o próximo capítulo vai desenvolver análises sobre recortes da dissertação de Darnizot (2015) e sobre a tese de Cunha (2018) em que a história de formação da aldeia urbana Tico Lipú é abordada.

A operação de recortes compõe a metodologia de análise textual na semântica de Guimarães. Um recorte, segundo o autor, “é um fragmento do acontecimento da enunciação” (GUIMARÃES, 2011, p.44). Os recortes são operados sobre fragmentos da textualidade entendendo que as formas linguísticas que os compõem estão relacionadas em virtude dos processos de sentido que constituem o acontecimento da enunciação. Segundo Guimarães, “(...) a interpretação do texto parte da análise de um recorte que leva à consideração de um movimento de sentidos no texto. A esta análise vão se acrescentando outras, de outros recortes, que a análise for indicando como pertinentes” (GUIMARÃES, 2011, p.44). As análises buscarão mostrar como a argumentação

---

<sup>5</sup> Esses resultados conduzirão a teorização do autor a deslocar a noção de integração, tal como concebida por Benveniste (1966), em *Os níveis de análise linguística*, para afirmar que “o texto é integrado por enunciados” (GUIMARÃES, 2011, p.19) e que “os enunciados significam por esta relação de integração aos textos” (GUIMARÃES, 2018, p.75).

<sup>6</sup> Uma discussão sobre as diferenças entre o tratamento da argumentação da perspectiva estruturalista, tal como concebida na teoria dos topoi por Ducrot, e da perspectiva materialista proposta por Guimarães é desenvolvida por Oliveira (2018).

constitui a textualidade de tais recortes a fim de compreender a política dos sentidos que a história de formação da aldeia Tico Lipú movimenta para Aquidauana e para os terena pelo funcionamento do discurso urbano.

### CAPÍTULO 3 – ANÁLISES

A dissertação de Darnizot (2015), intitulada *A expansão urbana de Aquidauana como incentivo na reorganização da produção econômica nas propriedades rurais no Morrinho*, foi defendida no programa de pós-graduação em Geografia do Campus de Aquidauana (CPAQ) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Seu objetivo é propor alternativas para o desenvolvimento agrário da região denominada Morrinho, localizada ao norte de Aquidauana. Ao longo da história do município, a área já foi considerada como pertencente ao perímetro urbano, mas, desde 1984, é considerada como parte da zona rural. Em 2008, o Plano Diretor Municipal de Aquidauana, regido pela Lei Complementar 009/2008, passa a prever parte da região como área de expansão urbana. É na região do Morrinho que a aldeia Tico Lipú está localizada, mais especificamente, segundo o mapa da região fornecido pela prefeitura e descrito pela autora: “a aldeia ocupa a quadra 661, localizada entre as ruas Ofrazilio Nunes Lopes (limite urbano da cidade ao norte) e a Rua 27 norte (entroncamento com a estrada da Campina)” (DARNIZOT, 2015, p.53). Além da aldeia, ainda haveria uma igreja e o prédio de uma escola desativada na região.

No capítulo 4 da dissertação, intitulado *Aspectos históricos e geográficos de Aquidauana*, após tratar sobre o relevo da cidade e contar a história de sua região desde o século XVI até a fundação da cidade em 1892, a autora retoma a legislação produzida no século XX que altera os limites da zona considerada urbana. Isso conduz Darnizot a tratar do processo de expansão urbana de Aquidauana. Após apresentar o trabalho de Joia (2005) que o divide em cinco fases, entre os anos 1960 aos 2000, a autora o discute em sua atualidade. É nesse contexto que encontramos uma primeira abordagem sobre o processo de formação da aldeia Tico Lipú. A aldeia, até então, localizada pela legislação como parte da zona rural do município é considerada, primeiramente, como um dos “sinais de extrapolação” do limite urbano por Darnizot.

O corpus de trabalho de Darnizot (2015) é formado em partes por entrevistas realizadas com moradores do Morrinho. É nesse contexto que a autora tem a oportunidade de ouvir Francisco Gomes Lipú, ou Tico Lipú, cacique da aldeia de mesmo nome e, na época, coordenador indígena do município. Essa entrevista não é transcrita, mas narrada pela própria autora em discurso indireto entre as

páginas 53 e 54. Nela, o entrevistado aborda o processo de formação da aldeia com mais detalhes. Vejamos o primeiro recorte: “A aldeia ocupa a quadra 661, localizada entre as ruas Ofrazilio Nunes Lopes (limite urbano da cidade ao norte) e a Rua 27 norte (entroncamento com a estrada da Campina), cuja área foi adquirida por meio da mobilização de 100 famílias indígenas que arrecadaram um montante de R\$ 20.000,00 para a compra da mesma, segundo relata o coordenador indígena.” (DARNIZOT, 2015, p.53).

Nesse recorte, Darnizot destaca a dimensão coletiva da fundação da aldeia, resultado da união de cem famílias indígenas que reuniram recursos próprios para garantir um espaço de moradia e preservação cultural. Tal mobilização evidencia a autonomia e solidariedade do povo Terena, que se organiza politicamente e economicamente para reivindicar um território próprio em meio ao avanço da urbanização.

A autora ainda relata que a formação da aldeia surge como resposta às condições precárias enfrentadas pelos indígenas que viviam dispersos na cidade: “Havia muitas famílias indígenas na cidade que se deslocaram de várias aldeias, entre elas a Cachoeirinha, Limão Verde, Ipéque, Bananal e Córrego Seco, para trabalharem na cidade, não encontrando nela situação digna de sobrevivência. A partir de então foram acolhidas nessa aldeia 68 famílias.” (DARNIZOT, 2015, p.54).

Esse trecho permite compreender que a criação da aldeia Tico Lipú foi um movimento de resistência diante da exclusão social e econômica vivida pelos Terena na cidade. Assim, a aldeia representa um processo de reterritorialização uma retomada simbólica e concreta de pertencimento coletivo em um espaço urbano.

Darnizot também aponta o apoio parcial do poder público municipal:

“O cacique da aldeia garante que as famílias estão tendo a oportunidade de morar em residências próprias, não tendo a necessidade de pagar energia e água, pois a Prefeitura Municipal de Aquidauana assume esta dívida todos os meses. (DARNIZOT, 2015, p.54).

A informação evidencia uma relação de dependência e reconhecimento parcial do Estado. Embora o fornecimento de energia e água represente uma conquista, ele não garante a autonomia plena da comunidade, que continua exposta à precariedade institucional e às disputas por terra.

A autora destaca ainda a autogestão e a organização política da aldeia:

“A aldeia possui um regimento interno próprio, todo dia 10 de cada mês realiza-se uma reunião com objetivo de ouvir e tentar sanar alguns problemas da comunidade, assim como reclamações e sugestões.” (DARNIZOT, 2015, p.54).

O trecho revela a manutenção de uma forma tradicional de governança indígena, baseada na escuta coletiva e na deliberação comunitária. Essa prática reforça a autonomia política e o caráter participativo da vida na aldeia, configurando um espaço de resistência e afirmação cultural dentro do contexto urbano.

Outro aspecto relevante é a preocupação do cacique com a preservação da identidade cultural na arquitetura e na vida cotidiana: “Relata Tico Lipu que gostaria que o governo federal doasse materiais de construção para cada família construir a sua casa de acordo com a sua vontade para que as características indígenas não se percam, haja vista que uma vila é padronizada e se a aldeia for padronizada ela perderá o sentido de aldeia.” (DARNIZOT, 2015, p.54).

A fala do cacique, registrada por Darnizot, expressa uma crítica à homogeneização imposta pelos modelos urbanos. Ele defende a diversidade estética e simbólica da aldeia como elemento essencial de sua identidade, associando a arquitetura à preservação cultural.

A análise da dissertação de Darnizot (2015) permite compreender que a aldeia Tico Lipú emerge como um espaço de reconstrução identitária. Sua criação articula aspectos territoriais, sociais e culturais que se entrelaçam à história urbana de Aquidauana, revelando a presença indígena como força ativa na configuração da cidade.

A tese de Cunha (2018) é intitulada *Identidade terena: a valorização do passado e o olhar para o futuro – estuda relacional de aldeias Terena em Aquidauana*. Foi defendida no Programa Doutoral em Educação Artística da Universidade do Porto, em Portugal. Segundo a autora, “o objetivo foi analisar e problematizar

conflitos identitários e tensões de identidade existentes na contemporaneidade, refletindo o presente, pensando o futuro” (CUNHA, 2018, p.16). Para tanto, a autora realizou uma pesquisa de campo com a população terena de quatro aldeias, sendo três localizadas em Aquidauana e uma na cidade de Anastácio (cidade que faz divisa com esta última). No total de quatro aldeias, duas são urbanas. Entre elas a aldeia Tico Lipú e a aldeia Aldeinha (esta localizada na cidade de Anastácio). Em ambas, a autora fez entrevistas com seus caciques. Na apresentação sobre a aldeia Tico Lipú, a autora esclarece quem é seu cacique e qual seu interesse em entrevista-lo:

“O cacique da Aldeia Tico Lipú é Francisco Gomes Lipú, o “Tico Lipú”, com quem realizei uma entrevista para compreender um pouco o processo de urbanização da aldeia” (CUNHA, 2018, p.40).

A entrevista realizada permite compreender as motivações, desafios e valores que fundamentam a criação da aldeia no contexto urbano de Aquidauana. Sua fala expressa uma trajetória de resistência marcada pela fé, pela coletividade e pela busca pelos direitos indígenas no espaço urbano.

Logo no início da conversa, o cacique explica o motivo que o levou a migrar para a cidade: “a gente viu que a gente enfrenta grande dificuldade hoje é... eu vim pra cá pra resgatar o direito dos povos indígenas que vive desaldeiado nos bairros da cidade porque todos estão perdendo o direito.” (CUNHA, 2018, p.156).

O trecho mostra que a formação da aldeia nasce de uma necessidade social e política. A presença indígena na cidade não é uma escolha espontânea, mas uma estratégia de resistência frente à perda de direitos. Tal enunciado funciona como argumento de legitimidade, construindo a narrativa da aldeia como um espaço de afirmação identitária e luta por direitos negados.

Em outro momento, o cacique narra as dificuldades iniciais e o processo de ocupação da terra: “Essa área aqui foi... ela foi oferecida por um chacareiro [...] uma cotização entre todas as famílias [...] compramos e viemos pra cá. [...] Só que quando entramos na área aí se deu a invasão, porque compramos de pessoas que não eram donos. Aí se tornou invasão.” (CUNHA, 2018, p.157).

A narrativa revela a vulnerabilidade das comunidades indígenas diante da legislação e das disputas fundiárias. Mesmo tentando agir de forma legal, o cacique significa a comunidade como invasora, o que evidencia a contradição entre o discurso jurídico e o direito indígena à terra. O cacique, ao descrever o engano e a posterior resistência, evidencia uma consciência política forte e uma liderança que se dispõe a enfrentar o risco em nome do coletivo. Nesse sentido, o discurso não apenas relata fatos, mas articula argumentos de defesa e legitimação, mostrando a aldeia como um território que se estabelece em tensão com normas jurídicas e interesses externos.

“Eu me coloquei a disposição porque eu tenho certeza, eu já tinha certeza que Deus tinha me dado essa tarefa” (CUNHA, 2018, p.157).

Aqui, o discurso religioso comparece como fundamento da liderança. A fé atua como força orientadora e legitimadora da luta, revelando a dimensão espiritual que sustenta o movimento indígena urbano. A missão é vista como um chamado divino, e o cacique associa seu papel político a uma vocação sagrada.

As dificuldades enfrentadas no início também aparecem de forma contundente: “Nós viemos entre cem famílias [...] não tinha luz [...] ninguém olhou pra gente, nenhum político olhou pra gente [...] ficamos aí três, quatro anos nessa briga, corta nós liga, corta nós liga, até que viesse uma pessoa pra realmente olhar pra gente.” (CUNHA, 2018, p.157, 158).

O relato destaca o abandono e a invisibilidade social dos povos indígenas no espaço urbano. A resistência da comunidade frente às condições precárias demonstra a força da organização coletiva e a importância da solidariedade interna para a manutenção da aldeia.

A formação da aldeia também resulta da união de famílias oriundas de várias comunidades Terena:

“Aqui nós tínhamos é pessoas da aldeia Colônia Nova, aldeia Ipegue, Bananal várias aldeias que estavam morando na cidade.” (CUNHA, 2018, p.158)

Esse fragmento mostra que a aldeia Tico Lipú é um espaço de confluência entre diferentes grupos terena. O processo de urbanização, longe de fragmentar as identidades, gera novas formas de pertencimento baseadas na união e na

solidariedade entre comunidades. O enunciado do fragmento atua como argumento que legitima práticas comunitárias e reforça a identidade coletiva.

A força da liderança familiar também é ressaltada: “Quando você nasce pra ser líder, ele já vem de berço [...] a primeira força de um líder hoje é a família, é a esposa, é os filhos.” (CUNHA, 2018, p.159).

O cacique relaciona a liderança à herança familiar e à fé. A esposa aparece como a primeira pessoa que acreditou em seu sonho, o que reforça o papel da família como base espiritual e emocional da liderança.

A fala sobre o trabalho coletivo e a autossuficiência econômica reflete o valor da autonomia: “A comunidade indígena hoje sofre por causa dessa parte de muitas pessoas que ficam mendigando [...] eu coloco na cabeça que vocês têm é, um salário, vamos todo mês, reserva aí, comprar duzentos tijolos, trezentos tijolos.” (CUNHA, 2018, p.160).

A construção das casas com esforço próprio simboliza a busca pela dignidade e pela independência econômica. O cacique promove uma pedagogia da autoconfiança, rompendo com a imagem de dependência social atribuída aos povos indígenas.

A entrevista também evidencia a preocupação com a legalidade e a justiça: “Então eu já tenho tudo em mão [...] tá autorizado, então são coisas que eu trabalho muito focado nesse lado da justiça.” (CUNHA, 2018, p.162).

Essa fala revela um entendimento estratégico da relação com o Estado. O cacique procura agir dentro das normas legais, prevenindo possíveis conflitos jurídicos, o que mostra uma liderança consciente e prudente.

Por fim, a escolha do cacique se deu por aclamação da comunidade, e ele reflete sobre o significado dessa prática:

“Olha, essa escolha pra ser cacique, é ser cacique é uma palavra muito, é ela hoje tá muito desacreditada, é não era da minha escolha eu ser cacique, mas quando a comunidade de modo geral viu que a minha capacidade de debate, de entra, de lutar pelos direitos indígenas, é reuniram tudo e fizeram por aclamação. [...] eleição pra cacique é coisa de branco [...] quero tentar mudar essa realidade

porque praticamente tá acabando com as nossas culturas.” (CUNHA, 2018, p.164).

O discurso traz uma crítica à interferência de práticas políticas externas nas tradições indígenas. Ao defender a aclamação como forma legítima de escolha, o cacique reafirma o valor das tradições e denuncia a influência das estruturas políticas não indígenas sobre as formas de liderança nas aldeias. A argumentação nesse discurso permite perceber como a aldeia Tico Lipú se constitui como espaço de afirmação da memória, tradição e autoridade indígena.

O discurso do cacique, portanto, não apenas narra a história da aldeia, mas também constrói argumentações políticas, culturais e sociais, situando o Tico Lipú como um espaço de luta, fé e identidade Terena, em diálogo e confronto com o discurso urbano, jurídico e religioso.

A análise da entrevista em Cunha (2018) permite compreender a aldeia Tico Lipú como um território construído pela ação coletiva, pela fé, pela liderança e pela resistência. A fala do cacique articula experiências históricas, práticas culturais e estratégias de afirmação comunitária, configurando a aldeia como um espaço de produção de sentidos, legitimidade e identidade no contexto urbano de Aquidauana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou analisar a aldeia urbana Tico Lipú em Aquidauana a partir de uma perspectiva histórica, e discursiva, buscando compreender os sentidos construídos em torno de sua formação e da presença contemporânea dos terena na cidade. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que a história desse povo não se limita a registros tradicionais ou memorialísticos oficiais, frequentemente marcados por silenciamentos, exclusões ou representações subordinadas, mas se estende por práticas orais, memória coletiva e disputas por reconhecimento territorial e cultural.

A análise da historiografia de Aquidauana mostrou que os terena foram sistematicamente marginalizados nas narrativas oficiais, sendo representados ora como coadjuvantes do desenvolvimento urbano, ora como mão de obra útil ou vítimas passivas de um processo de colonização. As estratégias de exclusão, inclusão excludente e homogeneização identificadas por Castro e Zorzato (2002) reforçam que a memória oficial privilegia os grupos dominantes, apagando ou reduzindo o protagonismo indígena. Nesse contexto, a presença da aldeia urbana Tico Lipú emerge como resistência material e simbólica, desafiando os silenciamentos históricos e afirmando a historicidade dos terena na cidade.

A partir das análises feitas sobre as entrevistas do cacique concedidas a Darnizot (2015) e Cunha (2018), é possível compreender que a aldeia não se constituiu apenas como espaço físico, mas como território político e simbólico. A aldeia Tico Lipú se configura como um locus de memória, solidariedade, fé e autonomia, no qual práticas culturais e tradições terena são preservadas e reafirmadas, mesmo diante das pressões urbanas e institucionais. A narrativa do cacique, analisada à luz da argumentação discursiva, evidencia que a aldeia é um espaço de construção identitária e resistência, articulando elementos históricos, sociais e espirituais, confrontando os sentidos impostos pelo discurso urbano dominante.

Nesse sentido, a aldeia Tico Lipú constitui-se como flagrante do discurso urbano, mostrando que a cidade de Aquidauana não é apenas espaço de totalidade homogênea ou de projeção de elite fundadora, mas lugar de convivência, disputa e construção contínua de sentidos. A partir da perspectiva da análise do

discurso, percebe-se que os terena atuam como sujeitos históricos, capazes de negociar, reinterpretar e produzir espaços de pertencimento e cidadania, desafiando estereótipos e narrativas hegemônicas.

Concluimos que o trabalho evidencia que a presença contemporânea dos terena em Aquidauana, materializada na aldeia urbana Tico Lipú, representa a continuidade de sua história, ressignificando memórias, práticas culturais e formas de organização coletiva. A aldeia é, portanto, um espaço de afirmação política e identitária, cujo reconhecimento contribui para uma compreensão mais plural e justa da história da cidade. Ao mesmo tempo, abre caminhos para futuras pesquisas sobre a presença urbana indígena, políticas de reconhecimento e a produção de memória e identidade em contextos contemporâneos.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Kamila. Espalhados pela Capital, indígenas kadiwéu cobram aldeia urbana. **Campo Grande News**, 10 maio 2024. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/espalhados-pela-capital-indigenas-kadiweu-cobram-aldeia-urbana> Acesso em: 29 jun. 2025

BITTENCOURT; Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. **A história do povo terena**. Brasília: MEC, 2000.

CASTRO, Iara Quelho de. Decolonialidade e tessituras indígenas: articulação política dos terena. **Albuquerque**: revista de história, Aquidauana, v. 16, n. 31, p.82-100, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/21249/14444> Acesso em: 08 out. 2025.

CASTRO, Iara Quelho de.; ZORZATO, Osvaldo. Representações memorativas e historiográficas sobre Aquidauana. **Fronteiras**: revista de história, Dourados, v. 6, n. 12, p.73-92, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/13462> Acesso em: 23 ago. 2025. (2002)

CASTRO, Iara Quelho de. Os terena nas memórias e história de Aquidauana. **Albuquerque**: revista de história, Aquidauana, v.6, n. 12, p.123-149, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/5105> Acesso em: 08 out. 2025.

CUNHA, Fátima Cristina Duarte Ferreira. **Identidade Terena**: a valorização do passado e o olhar para o futuro – estudo relacional de aldeias Terena em Aquidauana e Anastácio, 2018. Tese (Doutorado em Educação Artística) – Faculdade de Belas Artes, Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/111741> Acesso em: 22 ago. 2025.

DARNIZOT, Cristiane. **A expansão urbana de Aquidauana como incentivo na reorganização da produção econômica nas propriedades rurais no Morrinho**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Campus de Aquidauana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana.

Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3397> Acesso em: 23 ago. 2025.

DUCROT, Oswald. Estruturalismo, enunciação e semântica. Tradução de Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. In: DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987, p.63-88.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. **Um nome de teoria estabilizado, sentidos em movimento**: a semântica argumentativa na história, 2005. Dissertação (mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: [https://www.siarq.unicamp.br/images/Ferreira\\_AnaClaudiaFernandes\\_M.pdf](https://www.siarq.unicamp.br/images/Ferreira_AnaClaudiaFernandes_M.pdf) Acesso em: 08 out. 2025.

GUIMARÃES, Eduardo. Semântica histórica da enunciação. In: GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995, p.65-82.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto**: procedimentos, análises e ensino. Campinas: RG Editora, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas: Pontes, 2018.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Igreja Universal do Reino de Deus**: uma análise de argumentação em perspectiva discursiva. 1998. Dissertação (mestrado em Linguística). – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/132274> Acesso em 08 out. 2025.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. Argumentação, linguagem e conhecimento. In: SCHREIBER DA SILVA, S.; MACHADO, C. P. (ORGs.). **Os sentidos de escravidão e outros temas**: análises em semântica do acontecimento. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 241-255, 2018.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni. O próprio da análise de discurso. **Escritos** – discurso e política, Campinas, n.3, p.17-22, 1998.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. Tralhas e troços: o flagrante urbano. In: ORLANDI, E. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004, p.27-62.